



5374  
AUTORIZAÇÃO Nº /2014

## 1. O Pedido

Parkids –Gestão de Estabelecimentos de Infância e Apoio ao Estudo Lda, com sede na Rua Serrado do Velhinho, lote 1, 2770-162 Paço de Arcos, vem notificar à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD), um tratamento de dados pessoais com a finalidade de gestão de clientes.

Do pedido de autorização verifica-se que:

- a) Os dados pessoais objeto de tratamento são: 1- Do aluno: nome, morada, localidade, código postal, N.º do BI, local emissão, passaporte, data de nascimento, sexo, nacionalidade, naturalidade; 2 - contactos do pai e da mãe do aluno: morada, profissão, data de nascimento, telefone, telemóvel email; 3 – Dados fatura: nome, morada, localidade, código postal, n.º de contribuinte; 4 – autorização de saída: modo de saída, pessoas autorizadas a levar o aluno; alergias e medicamento e caso de febre;
- b) A recolha dos dados é feita por via direta, presencialmente;
- c) Não existe comunicação de dados a terceiros;
- d) Não se verificam interconexões nem fluxos internacionais de dados para países terceiros;
- e) Pretende-se a conservação dos dados por um período de um ano após a transferência do aluno para outro estabelecimento de ensino;
- f) O exercício do direito de acesso é feito presencialmente e por forma escrita, junto do responsável;
- g) São indicadas medidas de segurança física (acesso restrito de pessoas e alarme de intrusão) e de Segurança lógica (rede privada de comunicação e password de acesso ao sistema).

## 2. Análise

Porque em grande parte referentes à saúde e à vida privada, os dados dos utentes dos serviços prestados pela requerente têm a natureza de sensíveis, razão pela qual o respetivo tratamento só pode basear-se no consentimento expresso, esclarecido e livre dos titulares dos dados ou seus representantes legais, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 7º da Lei nº 67/98, de 26 de outubro (LPD).

Por esta razão é necessário o «consentimento expresso do titular», entendendo-se por consentimento qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados sejam objeto de tratamento, o qual deve ser obtido através de uma “declaração de consentimento informado ” onde seja utilizada uma linguagem clara e acessível.

O consentimento, como se afirmou, tem de ser informado, pelo que, nos termos do artigo 10.º da LPD, deve conter os elementos aí previstos, designadamente, a identificação do responsável pelo tratamento e a finalidade do tratamento, devendo ainda conter informação sobre a existência e as condições do direito de acesso e de retificação por parte do respetivo titular.

A informação tratada é recolhida de forma lícita (cf. Artigo 5º, nº1, alínea a) da LPD), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cf. alínea b)) e os dados a tratar consideram-se adequados, pertinentes e não excessivos (cf. alínea c)).

No momento da recolha ou da atualização dos dados existentes deve ser assegurado direito de informação e acesso nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da LPD.

Aos titulares dos dados ou aos seus representantes deverá ser assegurado o direito de conhecer e corrigir os dados que lhes respeitem.

Aos membros do agregado familiar, cujos dados sejam recolhidos, deverá ser garantido o direito de informação, bem como deverá ser obtido o seu consentimento para essa recolha.



Relativamente aos prazos máximos de conservação de dados, atento o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º da LPD, devem os dados pessoais ser conservados apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha e do tratamento posterior, pelo que se entende que o prazo de conservação indicado é adequado.

Nos termos do artigo 14.º da LPD o responsável pelo tratamento deve implementar medidas de segurança adequadas para protecção dos dados pessoais nomeadamente contra a destruição, alteração ou acesso não autorizado.

### 3. Conclusão

Assim, nos termos das disposições conjugadas do artigo 7.º n.2, 27.º n.º1, alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º e artigo 30.º da Lei de Protecção de Dados, autoriza-se o tratamento de dados supra referido nos seguintes termos:

**Responsável:** Parkids – Gestão de Estabelecimentos de Infância e Apoio ao Estudo Lda;

**Categoria de dados tratados:** 1- Do aluno: nome, morada, localidade, código postal, N.º do BI, local emissão, passaporte, data de nascimento, sexo, nacionalidade, naturalidade; 2 - contactos do pai e da mãe do aluno: morada, profissão (facultativo), data de nascimento, telefone, telemóvel email; 3 – Dados fatura: nome, morada, localidade, código postal, n.º de contribuinte; 4 – autorização de saída: modo de saída, pessoas autorizadas a levar o aluno; alergias e medicamento em caso de febre;

**Finalidade:** gestão de clientes;

**Comunicação de dados:** não há;

**Interconexões:** não se verificam;

**Fluxos internacionais de dados para países terceiros:** não se verificam;



Forma do exercício do direito de acesso e retificação: presencialmente e por forma escrita junto do responsável;

Tempo de conservação de dados: um ano após a transferência do aluno para outro estabelecimento de ensino.

O responsável pelo tratamento deve implementar medidas de segurança adequadas para proteção dos dados pessoais nomeadamente contra a destruição, alteração ou acesso não autorizado, nos termos do artigo 14.º da LPD.

\*

Lisboa, 3 de Junho de 2014

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luís Barroso', is written over a horizontal line.

Luís Barroso (o Vogal, em substituição da Presidente)